

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.415 - RJ (2019/0214785-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
RECORRIDO : **ALUISIO GAMA DE SOUZA**
ADVOGADO : **CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S) - RJ020283**
RECORRIDO : **ROOSEVELT BRASIL FONSECA**
ADVOGADO : **VITOR HUGO RABELO MACEDO E OUTRO(S) - RJ105931**
RECORRIDO : **LUCIANO VIANNA DE SOUZA**
ADVOGADO : **JOÃO CARLOS AUGUSTO MOREIRA GUIMARÃES E OUTRO(S) - RJ130628**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REQUISICÃO DE SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ACÓRDÃO BASEADO NO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de acórdão prolatado Tribunal de Justiça do mesmo ente federativo assim ementado (e-STJ fls. 1064):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ATO DECORRENTE DE REQUISICÃO DE SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DO JULGADO. EXTINÇÃO DO PROCESSO EM RELAÇÃO AO CONSELHEIRO DO TCE/RJ. DEMANDA QUE PROSSEGUIU EM RELAÇÃO AO EX-PREFEITO E AO SERVIDOR CEDIDO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ALEGADA ILEGALIDADE OU MESMO DE INDÍCIO DE MÁ-FÉ, DOLO OU CONDUTA CULPOSA. QUE TERIAM SIDO COMETIDAS PELOS RÉUS. INEXISTÊNCIA DE NORMA QUE IMPEDISSE A CESSÃO DE FUNCIONÁRIO MUNICIPAL NÃO EFETIVO, OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO NA ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE O SERVIDOR NÃO TERIA EFETIVAMENTE TRABALHADO NO PERÍODO EM QUE ESTEVE À DISPOSIÇÃO DO TCE/RJ. TESE DE OCORRÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO OU PREJUÍZO PARA O ERÁRIO PÚBLICO NÃO CONFIRMADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos declaratórios foram rejeitados às e-STJ fls. 1110/1113.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, aduz a parte ora agravante que foi violado o artigo 11 da Lei 8.429/92, pois não é possível prevalecer o entendimento do Tribunal de origem no sentido da ausência do elemento subjetivo necessário à configuração da improbidade administrativa, impondo-se a reforma do acórdão recorrido, com a consequente condenação dos Recorridos nas sanções previstas no art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92. Entende, assim, que "a conduta dos Recorridos viola, evidentemente, os princípios administrativos, especialmente, os princípios da legalidade e o princípio da moralidade administrativa, sendo certo que as circunstâncias ponderadas, diversamente do assentado pela Corte local, permitem a indução acerca da existência do ato ímprobo"(e-STJ fl. 1132).

Foram apresentadas contrarrazões apenas por Roosevelt Brasil Fonseca (e-STJ fls. 1167/1183).

A decisão de admissibilidade do recurso especial foi juntado às e-STJ fls. 1262/1263.

O parecer do Ministério Público Federal foi juntado às e-STJ fls. 1272/1280. É o relatório. Passo a decidir.

Incide o Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

No caso em concreto, o acórdão recorrido entendeu pela ausência da prática de ato de improbidade administrativa tendo em vista não ter havido a comprovação da prática de conduta subsumível à Lei n. 8.492/92. Senão vejamos:

Ao contrário do que defende o apelante, não se vislumbra irregularidade na cessão de ocupante de cargo não efetivo do Município de Barra Mansa – RJ ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, o apelante não aponta qual a norma municipal que impedisse o Chefe do Executivo de Barra Mansa de ceder ao TCE/RJ um funcionário não efetivo, ocupante de cargo em comissão na origem.

As fls. 95 do anexo 1, consta a portaria de nomeação de LUCIANO, a contar de 19/03/2008, “para exercer o Cargo em Comissão, símbolo CC-2, de Gerente Técnico Administrativo – SMG” , no Município de Barra Mansa. Já o ofício que vem às fls. 23 (Indexador 000023) indica que o Conselheiro do TCE/RJ requisitou servidor LUCIANO em 08/05/2008 e ainda dá conta de que a lotação se daria na vaga de outra servidora. Portanto, no caso em julgamento, tem-se que as formalidades legais para que LUCIANO passasse a prestar os seus serviços no TCE/RJ foram devidamente observadas.

Ademais, é de se registrar que para ser nomeada para cargo em comissão a pessoa não precisa ser servidor público, o que, ao contrário é exigível para o caso de função de confiança.

Esses elementos afastam a afirmação de que a “cessão se deu mediante fraude e ao total arrepio da lei” ; além do que o apelante não comprovou a alegação de conduta dolosa de ROOSEVELT, na qualidade de Prefeito de Barra Mansa, como envolvido na prática de atos contrários aos princípios da administração pública, tal como vem indicado no recurso.

Tampouco restou comprovado que o ato seria em simulacro para burlar o cômputo permitido “de cargos em comissão disponíveis para cada gabinete” ou que LUCIANO não teria trabalhado efetivamente no período em que esteve à disposição do TCE/RJ prestando serviços no gabinete do

Superior Tribunal de Justiça

Conselheiro ALUISIO, o que arreda, em definitivo, a tese de ocorrência de enriquecimento ilícito ou prejuízo para o erário público.

E ainda (e-STJ fl. 1075):

Assim, não tendo o apelante comprovado que os apelados tenham atuado de forma a violar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade ou qualquer outro que seja norteador da Administração Pública, deve-se confirmar a sentença que julgou improcedente o pedido declinado na presente ação de improbidade administrativa, por não se vislumbrar a prática de qualquer das condutas descritas na Lei 8.429/92.

Conforme se viu, com base no conjunto fático e probatório constante dos autos, o acórdão recorrido entendeu que "as formalidades legais para que LUCIANO passasse a prestar os seus serviços no TCE/RJ foram devidamente observadas". A revisão de tais fundamentos é inviável na via recursal eleita, porquanto demanda analisar todo o procedimento de cessão do referido servidor para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Incide, portanto, a súmula 7/STJ a inviabilizar a análise do mérito da controvérsia.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ADVOGADO. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE PRÁTICA DE ATO ÍMPROBO. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui firme entendimento de que é suficiente a demonstração de indícios razoáveis de prática de atos de improbidade e autoria para que se determine o processamento da ação, em obediência ao princípio do in dubio pro societate, a fim de possibilitar maior resguardo do interesse público.

2. O Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, entendeu que não foram comprovados indícios de que o agravado tenha praticado atos de improbidade administrativa. Dessa forma, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ.

3. Esta Corte Superior possui jurisprudência no sentido de que o advogado parecerista responde pelas tipificações previstas na Lei de Improbidade Administrativa quando demonstrado o elemento subjetivo, consubstanciado no dolo para os tipos previstos nos arts. 9º e 11, e, ao menos, culpa, nas hipóteses do art. 10 do referido ato normativo.

4. Para haver a responsabilidade do advogado parecerista é necessária a demonstração de indícios mínimos de que teria sido redigido com erro grosseiro ou má-fé, o que não ocorreu no caso, dessa forma, o recebimento da petição inicial se mostra temerária.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1318886/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 08/08/2019).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. IMPROBIDADE. ATO CONFIGURADO. SANÇÃO. DOSIMETRIA.

Superior Tribunal de Justiça

REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

(Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

2. Inexiste violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem enfrenta os vícios alegados nos embargos de declaração e emite pronunciamento fundamentado, ainda que contrário à pretensão da recorrente.

3. É inviável, em sede de recurso especial, o reexame de matéria fático-probatória, nos termos da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

4. Hipótese em que o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, reconheceu a caracterização do ato de improbidade administrativa (contratação e manutenção de servidores sem a realização de concurso público ou processo seletivo) e aplicou a penalidade de multa civil.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1323896/PB, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 06/09/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator